



Reunião Informal Ecofin
Porto, 14-15 Setembro de 2007

Os Ministros das Finanças e os Governadores dos Bancos Centrais da União Europeia reuniram-se em sessão informal no Porto a 14 e 15 de Setembro. Na reunião, presidida por Fernando Teixeira dos Santos, Ministro de Estado e das Finanças, foram abordados os seguintes temas:

Qualidade das finanças públicas - A modernização da administração pública e o seu impacto na competitividade

Os Ministros e Governadores debateram a qualidade das finanças públicas, em particular a modernização da Administração Pública e o seu impacto na eficiência da despesa pública e na promoção da competitividade, um tema prioritário na agenda da Presidência Portuguesa da União Europeia.

Os Estados-Membros têm vindo a implementar amplas reformas nas práticas de gestão do sector público, procurando reforçar a ênfase no desempenho efectivo das políticas, a redefinição de funções e responsabilidades, a generalização do uso das tecnologias de informação e comunicação e a melhoria da gestão dos recursos humanos. O Ministro das Finanças austríaco, Wilhelm Molterer, apresentou detalhadamente a experiência do seu país neste domínio.

Estas reformas traduzem o reconhecimento de que uma gestão da despesa pública orientada por critérios de eficiência e eficácia é fundamental para a competitividade, em virtude não apenas do peso significativo do sector público nas economias europeias, mas também porque um papel de liderança do sector público na promoção da qualidade da governação das organizações e das boas práticas pode gerar benefícios indirectos significativos no desempenho do sector privado. Michael Klein, Vice-Presidente do Banco Mundial e responsável pelo projecto “Doing Business”, foi orador convidado



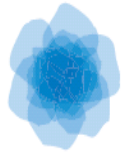
nesta sessão. A sua exposição reforçou a ideia de que os países que têm empreendido reformas estruturais ambiciosas de modernização do sector público e promovido a melhoria da qualidade da regulação tendem a obter níveis de crescimento e de emprego mais elevados.

Apesar dos ganhos esperados, a experiência mostra que as reformas na Administração Pública suscitam desafios que não devem ser subestimados. Estes desafios incluem a necessidade de reunir um amplo apoio para o processo de reformas, bem como as dificuldades operacionais na medição da eficiência do sector público e na avaliação do impacto das reformas. Os Ministros reconheceram que o debate e a partilha das experiências nacionais nestes domínios poderão ser particularmente úteis por permitirem uma referência de actuação.

A discussão permitiu extrair algumas orientações para trabalho futuro no domínio da qualidade das finanças públicas a nível da União Europeia.

Os Ministros reconheceram a importância das medidas de modernização da administração pública para o controlo da despesa e para o reforço do crescimento económico e do emprego. As reformas da administração pública deverão, assim, ser objecto de acompanhamento regular e sistemático ao nível da União Europeia, na medida em que contribuem para alcançar os objectivos do Pacto de Estabilidade e Crescimento e da Agenda de Lisboa.

Adicionalmente, foi reafirmada a importância da medição da eficiência no sector público e da avaliação do impacto das reformas sobre o desempenho da economia, pelo que deverá ser prosseguido e até aprofundado o trabalho que tem vindo a ser realizado neste domínio a nível da União Europeia.



Situação económica e financeira

Os Ministros debateram a situação económica e analisaram as implicações do actual período de volatilidade e reavaliação do risco nos mercados financeiros, desencadeado pelas dificuldades surgidas no mercado do crédito hipotecário de menor qualidade nos EUA. Na sequência da discussão, foi emitido um Comunicado conjunto sobre a matéria (ver Anexo).

Embora a actual situação financeira e as suas potenciais implicações para as condições futuras no mercado do crédito impliquem uma maior incerteza relativamente às perspectivas económicas, os Ministros sublinharam que os fundamentos macroeconómicos na União Europeia são sólidos e que a generalidade das projecções aponta para um crescimento da actividade na segunda metade de 2007 e em 2008 próximo das estimativas para o crescimento potencial. Adicionalmente, a solidez das instituições financeiras europeias e as elevadas rendibilidades por estas alcançadas nos últimos anos garantem as condições para lidar com o actual período de maior volatilidade.

Os Ministros discutiram também as lições que desde já poderão ser retiradas da recente volatilidade nos mercados financeiros. A União Europeia dispõe de um quadro regulamentar e de supervisão financeira sólido e que está a ser reforçado com a implementação da Directiva sobre Requisitos de Capital e com o trabalho em curso em matéria da Directiva Solvência II. Enquanto processo dinâmico, a inovação financeira contribui para importantes ganhos de eficiência, mas coloca também constantes desafios constantes às autoridades de regulação e supervisão. Neste sentido, os Ministros solicitaram ao Comité Económico e Financeiro (CEF) que analise as formas de reforçar a transparência de instrumentos financeiros crescentemente complexos, bem como de melhorar os processos de avaliação e gestão do risco, incluindo o risco de liquidez. O CEF debruçar-se-á igualmente sobre o papel desempenhado pelas agências de *rating* no âmbito dos instrumentos financeiros estruturados.



Desenvolvimento dos mecanismos de estabilidade financeira na União Europeia

Os Ministros e Governadores debateram os mecanismos de estabilidade financeira na União Europeia, como parte integrante do objectivo de atingir plenamente os benefícios decorrentes da integração financeira.

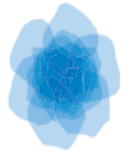
No seguimento das prioridades quanto ao trabalho a desenvolver nesta matéria acordadas em Setembro de 2006, em Helsínquia, e do resultado da reunião de Berlim, no passado mês de Abril, o debate incidiu sobre formas de desenvolver os mecanismos de estabilidade financeira na União Europeia, tendo por base as recomendações apresentadas pelo CEF.

Os Ministros e os Governadores congratularam-se com os progressos alcançados pelos Estados Membros no desenvolvimento dos mecanismos nacionais relativos à estabilidade financeira e de cooperação entre autoridades de supervisão, bancos centrais e Ministérios das Finanças.

Os Ministros e Governadores acordaram em áreas prioritárias de trabalho a desenvolver a nível nacional e da União Europeia.

Em primeiro lugar, os Ministros e Governadores concordaram com a extensão do “*Memorandum of Understanding*” sobre cooperação e troca de informação, assinado em 2005 entre autoridades de supervisão bancária, bancos centrais e Ministérios das Finanças, de forma a incluir os princípios comuns no domínio da estabilidade financeira acordados na reunião, um enquadramento analítico comum para avaliação das implicações sistémicas de uma eventual crise e orientações práticas comuns.

Em segundo lugar, os Ministros e Governadores encorajaram as autoridades dos diferentes Estados Membros a desenvolver mecanismos de cooperação específicos quando partilhem interesses comuns em relação a aspectos relacionados com a estabilidade financeira.



Em terceiro lugar, serão ainda examinadas possíveis formas de facilitar o intercâmbio de informação e a cooperação entre autoridades e reforçar os instrumentos necessários para preservar a estabilidade financeira *cross-border*.

No Conselho Ecofin de Outubro serão adoptadas conclusões formais sobre o debate e o acordo obtido.

Melhoria dos sistemas de compensação e liquidação de valores mobiliários na União Europeia

Os Ministros e Governadores analisaram as questões relacionadas com as iniciativas em curso para melhorar a eficiência, integração, solidez e segurança dos mecanismos de pós-negociação de valores mobiliários na União Europeia, sublinhando a sua importância para a criação de um mercado efectivamente integrado a nível europeu.

Em algumas áreas fundamentais foram alcançados progressos, designadamente através da implementação do Código de Conduta sobre compensação e liquidação de valores mobiliários, assinado em Novembro de 2006.

Os Ministros e Governadores também foram informados sobre os desenvolvimentos relativos à iniciativa do Banco Central Europeu de criar uma plataforma única de liquidação na zona euro - *Target 2 Securities*; sobre o processo de eliminação das barreiras legais e fiscais que se colocam à integração do mercado de valores mobiliários (as designadas barreiras Giovannini); e também sobre os esforços do Sistema Europeu de Bancos Centrais e do Comité Europeu das Autoridades de Regulamentação de Mercados de Valores Mobiliários para promover a solidez e segurança dos sistemas de liquidação e compensação europeus.

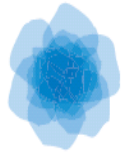
Questões de governação do Fundo Monetário Internacional



Os Ministros e Governadores debateram os aspectos relacionados com a governação do Fundo Monetário Internacional, em particular no que se refere às quotas e representatividade.

Foi sublinhada a necessidade de se chegar a um acordo nas Reuniões Anuais do FMI/Banco Mundial a realizar no próximo mês de Outubro, o que contribuirá para o reforço da legitimidade do FMI. Neste contexto, os Ministros e Governadores concordaram na necessidade de aumentar a quota agregada das economias emergentes mais dinâmicas. Foram ainda discutidos aspectos específicos relacionados com a segunda fase da revisão de quotas, tendo em vista estabelecer orientações para a definição da posição europeia.

A União Europeia continua empenhada em desempenhar um papel importante no sentido de contribuir para que seja alcançado um consenso nesta matéria.



ANEXO

Porto, 14 September 2007

Informal ECOFIN Meeting

Statement by Ministers and Governors

We discussed the economic situation and financial market developments.

We are experiencing a period of volatility and re-appraisal of risk in global financial markets, triggered by difficulties in the subprime mortgage market in the United States.

However, macro economic fundamentals in the EU are strong. World growth is robust, with sustained dynamism in emerging economies and in Europe expected to continue to balance the slowdown in the US. Healthy corporate profitability and continued improvement of labour market conditions should provide on-going support to domestic demand. After several years of high profitability in a financial environment of historically low credit spreads, our financial institutions are sound and resilient and can weather the current episode of financial-market volatility.

Looking ahead, the current financial market volatility and its possible implications for global credit conditions imply heightened uncertainties and downside risks to the outlook for economic growth. Nevertheless, going forward, most projections see euro area real GDP growth in the second half of 2007 and in 2008 as being in line with potential growth. We are, in cooperation with supervisory authorities, monitoring closely developments in financial markets and the economy.

We also discussed preliminary lessons to be drawn from recent financial-market volatility. Our regulatory and supervisory rules are sound, and the Capital Requirement Directive now being implemented as well as on-going work on Solvency II Directive, should reinforce our framework further. Financial innovation enhances market efficiency but also raises obvious challenges to the regulatory and supervisory authorities. In this context, we asked the EFC to review alongside our international partners how to further improve transparency of complex financial instruments, of institutions and vehicles as well as how to improve valuation processes, risk management and liquidity stress testing. They will also take a closer look at the role of rating agencies in structured finance.